

PRAIAS NATURAIS X PRAIAS ARTIFICIAIS: LEMBRANÇAS DO PASSADO, VIVÊNCIAS NO PRESENTE - RELATOS DE BARRAQUEIROS DO NORTE DO BRASIL

Súsie Fernandes Santos Silva¹
Marina Haizenreder Ertzogue²

RESUMO

A construção de usinas hidrelétricas tem impactado as atividades desenvolvidas nas margens dos rios e ao longo da extensão territorial formada pelo reservatório do lago, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Dentre os impactos estão as alterações naquilo que se refere ao lazer, como por exemplo, as praias naturais formadas na temporada de veraneio. A partir da formação do lago da UHE Estreito e da não existência dos bancos de areia utilizados como espaços de lazer, o empreendedor da UHE construiu praias artificiais e as entregou a seis municípios impactados, a título de medida compensatória. Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão, a partir das falas dos barraqueiros, sobre aspectos relacionados às praias naturais e às praias artificiais. Para tanto nos respaldamos no conceito de Turismo de sol e Praia apresentado em Brasil (2010), e nos impactos causados pela construção de uma UHE, apresentados por Ertzogue e Zagallo (2018), Rosoche e Vallerius (2014), Silva (2017) e Zagallo (2018). Os resultados mostraram que as facilidades para utilização das praias naturais não continuaram nas praias artificiais, pois no lugar dos barracões cobertos de palha de coqueiro babaçu estão as pequenas edificações construídas com tijolos e cimento; a areia reposta anualmente pouco lembra a paisagem natural de outrora; a quantidade de pessoas que acampava nas praias naturais diminuiu significativamente e houve aumento do quantitativo de visitantes que apenas passa o dia na praia.

Palavras-chave: Turismo e meio ambiente, impacto de UHE, praias naturais, praias artificiais, associação de barraqueiros.

ABSTRACT

The construction of hydroelectric plants has impacted activities carried out on the banks of rivers and along the territorial extension formed by the lake's reservoir, both in urban and rural areas. Among the impacts are changes in what concerns leisure, such as the natural beaches formed during the summer season. Following the formation of the Estreito HPP's lake and the non-existence of sandbanks used as leisure spaces, the HPP entrepreneur built artificial beaches and delivered them to six impacted municipalities, as a compensatory measure. Therefore, this work aims to present a reflection, based on the statements of the stallholders, on aspects related to natural beaches and artificial beaches. To this end, we rely on the concept of Sun and Beach Tourism presented in Brazil (2010), and on the impacts caused by the construction of a HPP, presented by Ertzogue and Zagallo (2018), Rosoche and Vallerius (2014), Silva (2017) and Zagallo (2018). The results showed that the facilities for using natural beaches did not continue on artificial beaches, for the place of stalls covered in babassu coconut's straw are small

¹ Doutoranda em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins – UFT, susiefernandes@uft.edu.br;

² Orientadora: Doutora em História, Universidade Federal do Tocantins – UFT, marina@uft.edu.br.

buildings built with bricks and cement; the sand replaced annually holds little resemblances to the natural landscape of the past; The number of people camping on natural beaches decreased significantly and there was an increase in the number of visitors who just spent the day at the beach.

Keywords: Tourism and environment, impact of UHE, natural beaches, artificial beaches, stallholders association.

INTRODUÇÃO

A construção de usinas hidrelétricas tem se expandido na região Norte do Brasil e, conseqüentemente, ocasionado mudanças irreversíveis na paisagem, em aspectos ambientais e sociais, alterando costumes e fazeres relacionados ao turismo às margens dos rios. No rio Tocantins, a partir da construção da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE), a formação do lago permanente atingiu grande extensão territorial, alterando a paisagem local.

As populações ribeirinhas, antes da formação do lago da UHE, desenvolviam múltiplas atividades, “dentre as quais destacavam-se o cultivo em vazantes nas margens do rio, trabalhos rurais nas pequenas propriedades sobre a ribanceira do rio, pescas, serviços públicos, trabalhadores na construção civil, coletas de frutos” (SILVA, 2017, p. 116), bem como as atividades de barqueiros, barraqueiros³ nas praias sazonais e empreendedores do turismo de forma geral. Portanto, estes últimos, também foram atingidos pela formação do lago da Usina Hidrelétrica Estreito, e tiveram seu modo de vida habitual e postos de trabalho alterados.

Modificações que foram apresentadas por Ertzogue e Zagallo (2018, p. 2) “para a maior parte das comunidades, as hidrelétricas acarretaram a perda de postos de trabalho e de renda, por meio da exploração de recursos naturais (pesca, extrativismo, transporte e comércio informal)”. Dessa forma, os ribeirinhos, tiveram de se adaptar à nova realidade, porém a adaptação não representou a continuidade das atividades exercidas.

De forma semelhante, os frequentadores das praias tiveram suas atividades de lazer e descanso alteradas pela formação do lago. As proporções foram distintas, mas o impacto foi evidente. Vale esclarecer que nesta pesquisa, utiliza-se o termo frequentadores das praias para representar turistas e excursionistas; barraqueiros para representar os trabalhadores que exerciam atividades econômicas nas praias ou em função delas, dessa forma é possível considerar as praias naturais como territórios e afirmar que elas eram “espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN 1993, p. 60).

³ Como se autodenominam os comerciantes que trabalham nas edificações localizadas na praia.

Compreendo que o território não é menos importante que a população e os recursos. Pois o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, o qual necessita das pessoas para que se possam determinar os rumos possíveis das ações e dos recursos para que se condicione o alcance da ação.

Portanto este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir dos relatos de barraqueiros, aspectos relativos à descrição das praias naturais e aspectos relacionados às praias artificiais, sendo: paisagem do entorno, estrutura físicas, descarte dos resíduos, acesso e transporte, fluxo de visitantes, dentre outros.

A extinção das praias naturais, aquelas predominantes antes da formação do lago da UHE, e a reconstrução dos espaços de lazer em forma de praias artificiais, ou seja, aquelas edificadas após a formação do lago, alterou alguns aspectos do lazer ribeirinho. A reconstrução de espaços que pouco representam a paisagem natural, afastou muitos visitantes, bem como extinguiu alguns postos de trabalho dos moradores que atuavam em atividades relacionadas ao turismo.

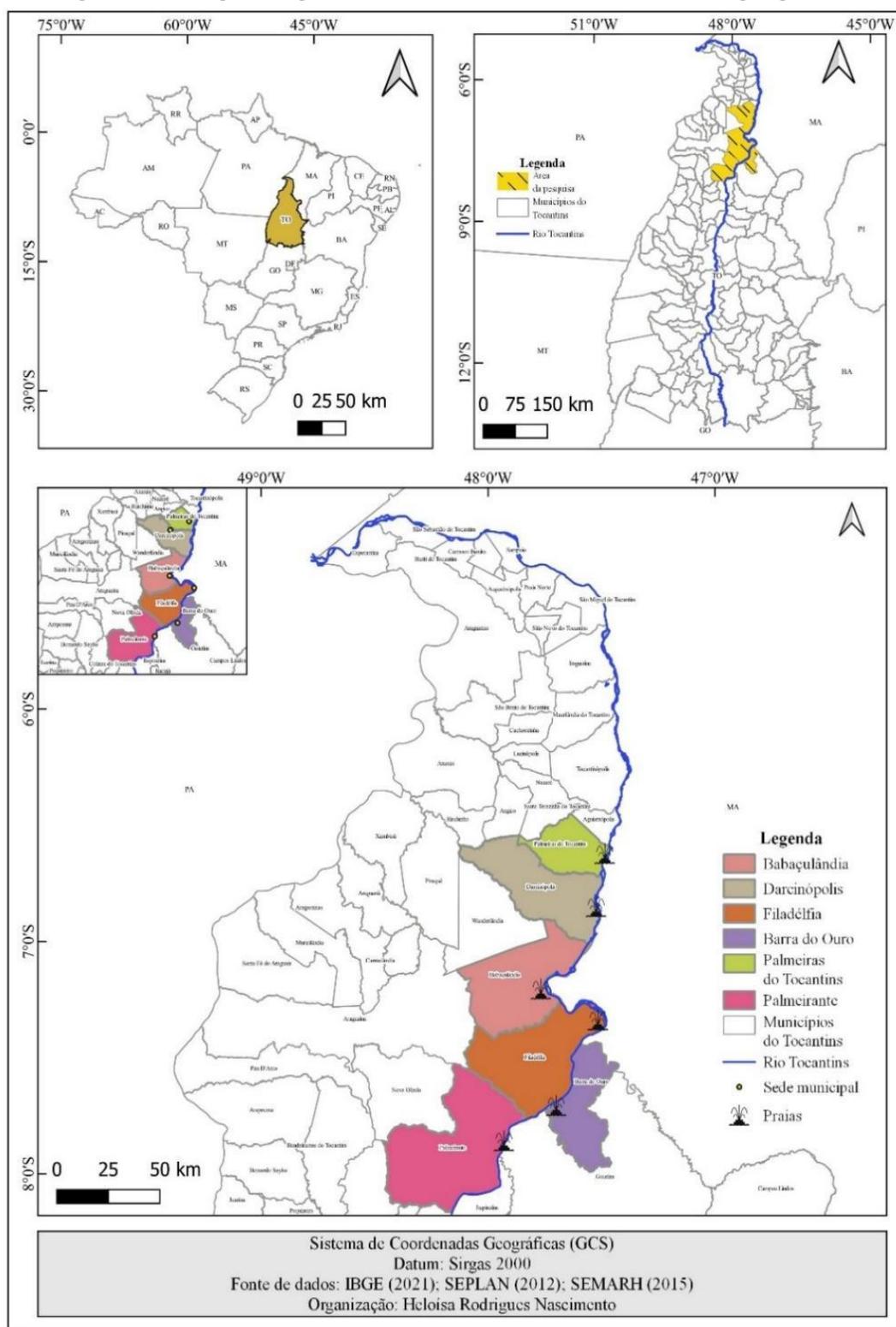
Área do estudo

A área de estudo desta pesquisa é composta pelas praias artificiais dos municípios tocantinenses de: Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Barra do Ouro e Palmeirante. Todas localizadas na margem do lago da Usina Hidrelétrica Estreito.

As praias estão localizadas na região turística denominada Vale dos Grandes Rios (Araguaia e Tocantins), região de predominância de praias naturais durante os meses de junho a agosto. Esclarecemos que, antes da formação do lago da UHE, eram utilizadas as praias naturais durante as temporadas de veraneio. A partir da formação do lago, o consórcio responsável pelo empreendimento construiu as praias artificiais e as entregou aos municípios, a título de medida compensatória. As quais são utilizadas a partir do ano de 2012.

O Mapa 1, destaca a localização da área da pesquisa. Na lateral superior esquerda, está o mapa do Brasil, com destaque para o estado do Tocantins, identificado na cor amarela. Na lateral superior direita, é mostrado o mapa do estado do Tocantins, com evidência da área da pesquisa, hachurada em amarelo com traços pretos; o curso do rio Tocantins está indicado pela linha azul contínua; os demais espaços na cor branca, subdivididos com linhas escuras, são os outros municípios componentes da Unidade da Federação.

Figura 1: Mapa da localização das praias artificiais no Rio Tocantins: Área da pesquisa, 2022



Fonte: SEPLAN/TO, 2012. Elaboração: Nascimento e Silva, 2022

O mapa central, localizado na parte inferior, representa a área da pesquisa. No qual a área urbana de cada município, está apresentada no mapa menor, localizado na lateral superior esquerda, os quais estão identificados com um pequeno círculo preto de interior amarelo. No

mapa maior, são exibidos todos os municípios componentes do recorte da pesquisa, bem como a localização de cada praia artificial, representadas pelo ícone de uma fonte jorrando. Todos estes municípios são limítrofes com o lago da UHE Estreito. A linha azul, contínua, representa o curso do rio Tocantins, que desde a construção da UHE Estreito, tornou-se lago.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), a projeção para o número de habitantes nestes municípios, estava estimada entre 4.632 e 10.666 habitantes, para o ano de 2020; a renda média mensal dos moradores estava entre 1,5 e 1,8 salários-mínimos, ou seja, entre R\$ 1.818,00 e R\$ 2.181,60. Por sua vez, os maiores empregadores estavam representados pelos entes federativos: municipal e estadual, além de alguns pequenos estabelecimentos comerciais.

Quadro 1 - Aspectos socioeconômicos e demográficos dos municípios tocantinenses com praia artificial no lago da UHE Estreito

Município	Pop. 2010	Pop. 2022 Estim	IDH 2010	Dens. Demo hab/km ² 2010	População ocupada 2018		Renda média mens. SM 2018	Nome da praia
					Quant	%		
Babaçulândia	10.424	10.666	0,642	5,83	840	7,9	1,6	Praia do Coco
Barra do Ouro	4.123	4.632	0,603	3,73	334	7,3	1,5	Praia do Ouro
Darcinópolis	5.277	6.174	0,581	3,22	799	13,3	1,6	Praia Paraíso Tropical
Filadélfia	8.505	8.874	0,621	4,28	522	5,9	1,7	Praia do Coqueiro
Palmeirante	4.954	6.131	0,571	1,88	324	5,5	1,8	Praia das Palmeiras
Palmeiras do TO	5.740	6.745	0,628	6,77	347	5,3	1,6	Praia do Pedral

Fonte: Dados do IBGE (2022). Organizados pela autora, 2023

No ano de 2023, a partir da finalização do censo populacional, conforme IBGE (2023), tendo como base a estimativa populacional de 2022, houve diminuição do número de habitantes em todos os municípios componentes desta pesquisa: a) Babaçulândia, 7.880; b) Barra do Ouro, 4.476; c) Darcinópolis 5.827; d) Filadélfia, 7.712; e) Palmeirante, 4.798; e f) Palmeiras do Tocantins, 4.872. Como se verifica em comparação com os números apresentados no Quadro 1, todos os municípios tiveram redução no quantitativo populacional.

A diminuição do quantitativo populacional pode estar relacionada à migração da população impactada pela formação do lago, tanto na área urbana quanto rural dos municípios, visto que a contagem da população, realizada no ano de 2010, antecedeu o período em que os moradores das áreas impactadas estavam sendo remanejados para outras localidades. Desde então, até o ano de 2022, o IBGE definiu o quantitativo populacional por estimativa, o que não

levou em consideração o número de migrações pós-indenização ou insatisfação pelas modificações causadas ao ambiente.

Antes da formação do lago da UHE, até os anos de 2010 e 2011, as praias fluviais, utilizadas entre os meses de junho e agosto, representavam as principais formas de lazer no interior do estado do Tocantins, caracterizado pela apropriação das margens dos rios por parte da população e do poder público municipal para a implantação de infraestrutura com bares e restaurantes, sanitários, palcos para shows e outros equipamentos utilizados com a finalidade de propiciar entretenimento a visitantes em ambiente ribeirinho, bem como a circulação de rendas financeiras nas localidades. O espaço natural oferecia a vasta área de camping sob as árvores e barracões construídos com madeira e palhas da palmeira babaçu (*Attalea speciosa*).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, pois explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes, para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada, buscando compreender a “subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis” (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, p. 26).

A coleta de dados foi realizada a partir das experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo do doutorado, pela primeira autora, e respaldou-se na afirmação de Severino (2007, p. 123), de que a pesquisa de campo ocorre quando “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorreram”. Este é um processo que envolve a coleta e interpretação de dados sobre os aspectos sociais de uma determinada população ou área geográfica.

Portanto, a análise pode ser realizada de diversas formas, dependendo do objetivo de estudo e dos dados disponíveis. Nesta pesquisa, a observação dos fenômenos, seguiu a problematização e elaboração de estratégias de coleta de informações sobre aspectos paisagísticos e estruturais das praias naturais e das praias, que existiam antes da construção da UHE, e praias artificiais, construídas após a formação o lago da UHE, localizadas na margem do rio Tocantins, na região denominada Vale dos Grandes Rios (Araguaia e Tocantins), no estado do Tocantins.

Para obtenção das informações foram realizadas entrevistas com a aplicação de perguntas semiestruturadas, nas seis praias artificiais localizadas na margem tocantinense do

lago da Usina Hidrelétrica Estreito, no período entre os meses de fevereiro e julho do ano de 2022, em dias previamente agendados para entrevistar membros das associações de barraqueiros destas praias.

Apesar de se tratar de uma população de quantitativo determinado, foram utilizados neste texto, os relatos de entrevistados representantes das associações de barraqueiros de cada uma das praias, apresentando as descrições mais bem detalhadas. Os relatos foram selecionados por amostra não probabilística por conveniência. Pois este modelo de formação amostral permite que o pesquisador escolha os entrevistados dentre as pessoas que se dispuseram a falar sobre as questões levantadas (SCHIFFMAN; KANUK, 2000).

O roteiro de entrevistas, aplicado aos participantes da pesquisa, buscou obter informações relacionadas a aspectos das praias naturais, ou seja, antes da formação do lago da UHE Estreito, bem como conhecer os aspectos paisagísticos e estruturais das praias artificiais. Que apesar de estarem visíveis aos visitantes, buscou-se conhecer além do perceptível. Dessa forma, os questionamentos abordaram aspectos sobre as praias artificiais, como: edificações, paisagem do entorno, administração do local, manutenção dos espaços físicos e descarte dos resíduos gerados.

Após a coleta de dados deu-se a análise das informações obtidas, a qual foi realizada pela análise de conteúdo, que para Silva e Fossá (2015, p. 2) “é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”.

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado da primeira autora, a qual foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com aprovação no Parecer Consubstanciado número 5.179.097, emitido em 20/12/2021.

REFERENCIAL TEÓRICO

Turismo de Sol e Praia

Como Turismo de Sol e Praia utilizamos o conceito de, de Brasil 2010, o qual define esse segmento como:

O turismo de Sol e Praia está diretamente associado à água e seus espaços imediatos, como os principais recursos turísticos e de lazer. No entanto, seus espaços ultrapassam o segmento de Sol e Praia e associam-se também a atividades náuticas, de pesca, de aventura, de ecoturismo, entre outras (BRASIL, 2010, p. 17).

Antes da criação do estado do Tocantins, ainda no início da década de 1980, o Turismo de Sol e Praia “passou a ser desenvolvido junto a margens de rios e entorno de lagos e de reservatórios interiores, sendo bastante comum o emprego do termo “orla” para esses ambientes” (BRASIL, 2010, p. 14).

Porém, bem antes da década de 1980, como datam os registros de algumas das associações de barraqueiros, as quais já funcionavam com tratados verbais, o Turismo de Sol e Praia já era predominante nas margens do rio Tocantins, porém com a denominação de acampamento, pois não existiam a organização estrutural que é exigida atualmente. Os acampamentos eram realizados por grupos de amigos e vizinhos que, em conjunto, construíram barracões e ali permaneciam durante um determinado período entre os meses de junho e agosto, o qual coincide com as férias escolares.

Portanto, nas praias naturais formadas, às margens do rio Tocantins, no recorte geográfico impactado pela formação do lago da UHE Estreito, era possível a realização de diversas atividades de lazer, como: acampar, pescar, descansar sob as árvores, observar a natureza, praticar esportes na areia e na água. As chamadas praias oficiais eram organizadas, durante as temporadas de veraneio, pela gestão municipal, com a parcerias dos empreendedores do turismo local e participação da população de forma geral.

As atividades realizadas nas praias, tanto antes como depois da formação do lago da UHE Estreito, são caracterizadas como “em ambientes ao ar livre”, pois conforme afirmam Corelian; Lopes (2017, p. 123), as “pessoas, dos mais variados padrões morais ou culturais, têm procurado lazer, diversão e descanso junto a ambientes “ao ar livre”, ou seja, independentes das construções ou criações humanas, como em cachoeiras naturais, rios, montanhas, florestas, mares e praias”.

A Portaria número 047/2014, de 25 de março publicada no Diário Oficial do estado do Tocantins nº 4.099, no dia 02 de abril de 2014, teve como objetivo declarar de notório conhecimento e de caráter regional o evento denominado Temporada de Praia, no segmento Turismo de Sol e Praia, nos municípios que especifica, e adota outras providências. Para tanto, no art. 2º, conceituou os eventos do segmento turístico Sol e Praia como sendo “aqueles que têm temporalidade determinada e que fomentem ou fortaleçam o desenvolvimento das atividades turísticas e o desenvolvimento socioeconômico” (TOCANTINS, 2014).

A Portaria teve como objetivo a classificação das praias para o direcionamento de recursos financeiros para subsídio na organização da estrutura física para a temporada de veraneio. Para tanto elas foram reunidas em dois grandes grupos: a) praias sazonais e b) praias permanentes, neste se enquadraram algumas das praias objeto desta pesquisa.

As praias permanentes foram conceituadas como: as perenes e com infraestrutura básica permanente para atender o visitante. Foram subdivididas, com base no fluxo turístico, em dois grupos distintos: a) Grupo IIA: com fluxo acima de 10 mil visitantes e visitação acima de 3% de turistas externos. Nas quais se enquadraram os municípios de: Babaçulândia e Filadélfia; b) Grupo IIB: com fluxo abaixo de 9.999 mil visitantes e visitação abaixo de 2,99% de turistas externos. Nas quais se enquadraram os municípios de: Barra do Ouro, Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins (TOCANTINS, 2014).

Impactos da UHE Estreito no Turismo Tocantinense

As modificações à montante do empreendimento enfraqueceram o Turismo de Sol e Praia que existia nas praias naturais, ocasionando mudanças nos costumes de acampar na temporada de praias e a gradual descontinuidade do trabalho de alguns dos impactados, como foi descrito por Zagallo (2018, p. 146), “[...] o desenvolvimento do turismo em Babaçulândia caminha para a insustentabilidade, pois o lago, principal atrativo da cidade, não oferece estrutura necessária para atender o novo perfil dos visitantes [...]”. Babaçulândia era um dos municípios com o maior fluxo de visitantes durante as temporadas de praias.

Porém, “ao impactar o modo de vida de populações tradicionais e sua cultura *sui generis*, perde-se um potencial atrativo turístico que se esgota mesmo antes de ter sido valorizado e aproveitado adequadamente” (ROSOCHE; VALLERIUS, 2014, p. 424). Portanto os envolvidos com as atividades turísticas nas temporadas de praias, foram impactados, dentre eles: pescadores, barraqueiros, barqueiros, construtores de barracões, cortadores de palhas, e tantos outros que, indiretamente, obtinham recursos financeiros com o trabalho prestado às atividades turísticas.

A UHE de Estreito é considerada a responsável pelo infortúnio que destruiu a vida social e econômica dos barqueiros. Confiantes na atividade turística da qual só conheciam a prosperidade, a cada temporada eles investiam mais no crescimento do fluxo de visitantes e melhoravam a estrutura dos produtos e serviços para a oferta do turismo de sol e praia na região. (ERTZOGUE; ZAGALLO, 2018, p. 17)

Dessa forma, compreende-se que os impactados pela UHE Estreito tiveram alterações no modo de vida, no concernente à utilização das margens do rio para o plantio em vazantes, na pesca, na criação de animais nas propriedades ribeirinhas, no transporte fluvial em canoas, na coleta de frutos, e principalmente, no concernente aos serviços prestados na realização de atividades de lazer nas temporadas de praia, quando era possível utilizar as margens do rio para a permanência em acampamentos durante o mês de julho.

Outras modificações estão representadas na remoção dos impactados para localidades com características diferentes das que estavam habituados a desenvolver atividades; nas modificações de partes dos centros urbanos, bem como de áreas rurais, localizados na área de formação do lago.

A construção da hidrelétrica Estreito e a formação do lago, modificaram a paisagem do Rio Tocantins e dos municípios ribeirinhos, tanto no perímetro urbano quanto na área rural. Com as modificações nas paisagens, a partir da derrubada de árvores, ou seja, da supressão da vegetação, para dar lugar ao lago, foram extintos pontos de referência que eram utilizados para navegabilidade. As mudanças nas estradas, nos locais de moradia, nas áreas de coletas de frutos e nos ambientes de trabalho conhecidos como vazantes, foram acompanhadas pelos ribeirinhos e visitantes por um período significativo de aproximadamente dois anos (SILVA, 2017).

A Fotografia 01 exibe parte da estrutura da Praia do Coco, a qual era localizada na margem maranhense do Rio Tocantins, no município de Carolina/MA, porém em frente à cidade de Babaçulândia/TO, por isso, era considerada pertencente ao município de Babaçulândia devido à facilidade de acesso, inclusive a praia artificial construída pelo empreendedor da UHE foi entregue à gestão municipal de Babaçulândia.

Fotografia 01 – Estrutura Física na Praia do Coco



Fonte: arquivo pessoal Súsie Fernandes, 2009.

A Fotografia 01 mostra como eram os barracões utilizados para a comercialização de alimentos e bebidas. A cobertura era de palha do coqueiro babaçu, as paredes eram de madeirite, logo na parte da frente havia outra construção, as conhecidas latadas, ou seja, uma estrutura de madeira – em forma de um pergolado – cobertas de palha de coqueiro babaçu. Para chegar até a Praia do Coco era necessário atravessar o rio Tocantins, saindo da cidade de Babaçulândia/TO.

Era necessário adquirir os bilhetes de passagens, ida e volta, nos postos de vendas fixos na margem tocantinense, local conhecido como “rampa” pois era ali que as embarcações paravam para realizar o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Sempre havia canoas que comportavam de cinco a oito pessoas, e embarcações maiores, as chamadas “barcas” que transportavam mais de 20 pessoas por viagem. A Fotografia 02 mostra a rampa de acesso às embarcações e as guritas de vendas de passagens.

Fotografia 02 – Guichês de venda de passagens de Babaçulândia/TO para a praia do Coco



Fonte: arquivo pessoal Súsie Fernandes, 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os barraqueiros relataram que, quando trabalhavam nas praias naturais, todos os anos visitavam os bancos de areia nas margens do rio Tocantins, para encontrar os locais mais apropriados para montar a estrutura da praia, “no mês de junho, todos os barraqueiros iam procurar o local, com fundura boa pra banhar. Porque a paisagem que a gente via quando

chegava lá, era tudo verde, verde, linda! Somente os barraqueiros participavam da escolha do local bom de banho” (BBU-01).

Em referência à construção das barracas, um dos barraqueiros, expressou que era uma época muito boa, pois “cada qual metia o machado no cerrado, fazia suas forquilhas, fazia suas latadas, fazia os quixózinhas. Tudo feito de palha de babaçu” (BDO-03), retiravam da natureza, madeira e palhas das palmeiras de babaçu (*Attalea speciosa*) para construir os barracões. Outro barraqueiro afirmou que a frequência dos visitantes era massiva “O povo ia a pé, de bicicleta, de carro, moto. De todo jeito que você imaginar” (BDO-01).

As edificações das praias artificiais construídas pelo empreendedor da UHE Estreito, são compostas por: barracas, palco, bloco de sanitários, parque infantil e reposição de areia. A maioria dos municípios recebeu quantidade equivalente ao número de barracas existentes nas praias naturais, com exceção de Babaçulândia, que recebeu apenas 5; Barra do Ouro, 22; Darcinópolis, 13; Filadélfia, 22; Palmeirante, 32; Palmeiras do Tocantins, 20.

O Quadro 2 apresenta relatos sobre os espaços físicos e as edificações, tanto no período que antecedeu a construção da usina hidrelétrica, denominado de praia natural, como após a formação do lago, ou seja, no período da praia artificial. Ressaltamos que o ano de 2022 é o marco de referência para as ponderações dos entrevistados.

Quadro 2 - Informações gerais sobre os espaços e edificações

Praia natural – até 2010	Praia artificial – em 2022
<p>“A barraca era feita de palha de palmeira babaçu” (BBU-2)</p> <p>“Cada qual metia o machado no cerrado, fazia suas forquilhas, fazias suas latadas⁴. Tudo coberto com palha de babaçu...” (BDO-3)</p> <p>“Sempre teve participação da prefeitura. O palco, era alugado e as barracas cada barraqueiro fazia a sua de palha” (PAL-1)</p> <p>“A barraca tinha estrutura de madeira cerrada, as paredes de madeirite e a cobertura era de palha de coco babaçu” (PAT-2)</p>	<p>“A paisagem artificial é muito diferente da anterior, a não ser que se olhe para o lado do mato” (PAT-2);</p> <p>O lado do mato só pode ser utilizado para a prática de trilhas ecológicas e para armar uma barraca de camping. Não pode limpar, plantar, replantar mais nada. Só é permitido ter a vegetação nativa” (PAT-1).</p>
<p>Datas das entrevistas: BBU, 03/04/2022; BDO, 19/03/2022; PAL, 15/07/2022; PAT, 21/04/2022.</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

A partir dos relatos dos participantes da pesquisa, compreende-se que a palha do coqueiro babaçu era um material culturalmente utilizado nas edificações da praia natural, principalmente

⁴ Tipo de cobertura rústica construída em formato de pergolado, porém com cobertura de palhas. Muito utilizada nas praias localizadas nas margens dos rios na região norte do estado do Tocantins.

na cobertura e nas paredes. Os relatos direcionam para a compreensão do quanto o ambiente natural acolheu e acolhe os visitantes das praias: no passado, fornecia material para o abrigo temporário; no presente, fornece o aconchego da sombra e a possibilidade de observação, representada pela caminhada na trilha ecológica.

Outro fato observado é a dependência de logística organizacional e financeira, as quais foram e ainda são mantidas pela gestão pública municipal, em conjunto com deputados e outras lideranças políticas locais, para a organização da estrutura das praias durante as temporadas, tanto na época das praias naturais quanto nas praias artificiais. O Quadro 3, apresenta informações sobre a paisagem da praia e do seu entorno.

Quadro 3 – Paisagem da praia e do entorno

Praia natural – até 2010	Praia artificial – em 2022
<p><i>“Todo o verão a metade do rio ficava seco. Era possível caminhar até longe dentro do rio” (DAR-2);</i></p> <p><i>“A gente andava mais 3km com as caixas na costa pra chegar no rio, descendo o morro, tinha árvores” (BDO-1)</i></p> <p><i>“A praia era dentro do pedral, a areia era limpinha, as pedras ficavam em volta e na frente era tipo uma ilha, por isso que o nome é do pedral. Era uma paisagem muito bonita” (PAT-1)</i></p>	<p><i>“O lago tomou conta de tudo. Agora a areia tem que ser recolocada” (BDO-3);</i></p> <p><i>“Tem três áreas: uma para futebol, uma para estacionamento, e outra para acampar debaixo dos pés de manga” (BDO-1);</i></p> <p><i>“A única coisa que melhorou foi só a questão do acesso, que está mais fácil, a estrutura das barracas, que não há mais a necessidade de construir todos os anos, o restante está diferente” (PAT-1)</i></p>
<p>Datas das entrevistas: BDO, 19/03/2022; DAR, 30/07/2022; PAL, 15/07/2022; PAT, 21/04/2022.</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

A expressão “todo verão a metade do rio ficava seca” revela que havia uma continuidade de utilização da praia natural, ano após ano, e a certeza de que os locais nos quais eram instalados os acampamentos nas temporadas de praia eram seguros para ser frequentados com o grupo familiar. Nem a distância e as dificuldades para o transporte de materiais necessários ao tempo de estadia na praia, eram empecilhos, pois a natureza amenizava e recompensava o esforço ao oferecer a paisagem bonita composta pelos elementos: sombra das árvores, areia limpa e trilha no morro.

Nas praias artificiais há mais facilidade de acesso, pois foram construídas áreas para estacionamento, prática de esportes, diversão para as crianças, as estradas facilitam o transporte de pessoas e todos os tipos de equipamentos e gêneros alimentícios. Porém, há relatos de que a areia natural era a melhor. A partir da construção das praias artificiais, houve e há a necessidade, anualmente, da reposição de areia, pela gestão municipal de cada município. Outros aspectos são administrados pelos barraqueiros, conforme relatos apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Administração e manutenção dos espaços físicos

Praia natural – até 2010	Praia artificial – em 2022
<p><i>Responsabilidade da gestão municipal: segurança, salva-vidas, saúde, barraca que vendia lembrancinhas (BBU-1);</i></p> <p><i>“Na época em que não há funcionamento da praia é feita a suspensão do fornecimento da energia elétrica” (BDO-1);</i></p> <p><i>“A praia era toda do lado de Filadélfia/TO, mas existia um consenso entre os gestores de Filadélfia/TO e Carolina/MA, e a quantidade de barracas era igual para os moradores de cada município. Era feito sorteio para definir a localização de cada barraqueiro durante a temporada” (FIL-1);</i></p> <p><i>“No início, os próprios barraqueiros eram responsáveis pela organização, depois de alguns anos a prefeitura tomou de conta” (BBU-2)</i></p>	<p><i>“As áreas de uso comum são de responsabilidade da prefeitura; já as barracas são de responsabilidade dos barraqueiros” (PAL-1);</i></p> <p><i>“Há um novo Estatuto Social, aprovado em 2022, pelo decreto municipal número 14/2022, no qual o gestor municipal é quem indica o presidente da associação dos barraqueiros da praia” (FIL-1);</i></p> <p><i>“Cada barraqueiro paga pelo consumo de energia de sua barraca; o município arca com a conta de energia do administrativo, que no caso são os banheiros, o palco, a polícia e a saúde” (PAT-3);</i></p>
<p>Datas das entrevistas: BBU, 03/04/2022; BDO, 19/03/2022; FIL, 06/07/2022; PAL, 15/07/2022; PAT, 21/04/2022.</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

A responsabilidade pela administração das praias, de forma geral, foi e é compartilhada entre a gestão pública municipal e os demais envolvidos na comercialização de produtos e serviços. À gestão municipal compete: segurança, salva-vidas, saúde, manutenção das áreas comuns, como: sanitários, duchas, palco, rampas de acesso, manutenção e reposição da areia, iluminação; providência de licenças junto aos órgãos ambientais, contratação de atrações artísticas, dentre outras.

Os barraqueiros são responsáveis pela revitalização das barracas, nas quais exercem a comercialização de produtos, pagam os consumos de água e energia. No caso único do município de Filadélfia, a partir da aprovação do novo Estatuto Social da associação dos barraqueiros, o qual prevê que o gestor municipal é quem indica o presidente da associação dos barraqueiros da praia, e este exerce a função de administrador. A manutenção dos espaços físicos é descrita no Quadro 5.

Quadro 5 – Manutenção dos espaços físicos

Praia natural – até 2010	Praia artificial – em 2022
<p><i>“Alguns materiais das barracas eram queimados e outros eram transportados para a cidade (BBU-2);</i></p> <p><i>“As palhas e demais materiais eram levados para fora da área da praia” (PAT-3)</i></p>	<p><i>“Recolhido diariamente pelo serviço de limpeza da prefeitura” (BDO-1);</i></p> <p><i>“Levado para o aterro sanitário, três vezes por semana: segunda, quarta e sexta-feira (PAL-1);</i></p> <p><i>“O lixo orgânico é transformado em lavagem para porcos” (PAT-3)</i></p>
<p>Datas das entrevistas: BBU, 03/04/2022; BDO, 19/03/2022; PAL, 15/07/2022; PAT, 21/04/2022.</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

Os entrevistados ponderaram que, o acesso às praias naturais, tanto para a organização da estrutura física quanto para a logística de transporte de utensílios, produtos e retiradas dos resíduos era mais difícil devido à pouca acessibilidade por terra ou ainda relacionado à distância e pouca acessibilidade de veículos aos locais. Porém, os acessos às praias artificiais estão mais fáceis devido à manutenção das estradas que dão acesso, com exceção da praia Paraíso Tropical, a qual está localizada no município de Darcinópolis/TO, e distante da área urbana.

Com o passar do tempo e após organizarem as associações de barraqueiros e de barqueiros, passaram a contar com o apoio da gestão pública municipal, que era responsável pela contratação de artistas, segurança, serviços de saúde, infraestrutura de energia e água, serviços de limpeza.

Na praia artificial, apesar de não ser necessário reconstruir as barracas anualmente, pois estão edificadas em local estratégico, as associações não tinham condição financeira de custear todas as despesas de revitalização no pós-pandemia, portanto, “recorreu ao município, conversou, e o município enviou um engenheiro à praia para fazer o orçamento e depois já resolver os problemas estrutura física” (PAL-01).

As praias artificiais foram construídas em espaços reduzidos e com pouca semelhança da paisagem natural. As barracas construídas em tijolos, cobertas com telhas, a areia do entorno em quantidade limitada, já não havia a possibilidade de montar acampamento sob as árvores. De forma geral, as modificações foram impactantes e irreversíveis, tanto para os trabalhadores com o turismo, quanto para os visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos apontaram que a construção da UHE Estreito modificou parte do rio Tocantins, no Norte do estado do Tocantins, tendo maior impacto no turismo nos municípios de: Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Barra do Ouro e Palmeirante. Apesar do empreendedor tentar minimizar os impactos com a entrega da estrutura de praias artificiais nos municípios citados, isso não foi suficiente para garantir a continuidade dos postos de trabalho de todas as pessoas que tinham, no turismo sazonal, uma forma de obtenção de rendas financeiras.

As ponderações dos entrevistados, sobre os aspectos presentes nas praias naturais e nas praias artificiais, apontam para modificações que interferiram na opção de escolha dos visitantes, pois nas praias artificiais, apesar da beleza do lago, não é possível usufruir da máxima

interação com a natureza, como era experienciado antes da construção da usina hidrelétrica, como por exemplo, acampar sob as árvores, sentir o cheiro das palhas do coqueiro babaçu, que eram utilizadas para cobrir os barracões.

Apesar de as praias serem artificiais, o que se subentende que deveria funcionar de forma permanente, ou seja, durante o ano todo, isso não acontece. Segundo os próprios entrevistados, a utilização das praias artificiais acontece apenas durante a temporada de veraneio. Isso se deve ao fato cultural local, relacionado à população usuária; bem como ao fenômeno natural das estações do ano, pois durante o período chuvoso, as praias sofrem os impactos da cheia no lago, as águas ficam escuras e impróprias para banho.

As pesquisas sobre a situação do turismo no pós-barragem, principalmente nas praias artificiais, ainda são recentes e necessitam que pesquisadores de diversas áreas, estejam contribuindo com a obtenção de informações e análise dos dados relativos à logística de complementação da estrutura das praias durante as temporadas de veraneio; registrando a percepção dos visitantes sobre os serviços e produtos ofertados; analisando as ofertas de roteiros do turismo náutico em geral e as formas de ampliação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 59 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CORELIAN, Anderson Ricardo; LOPES, Mário Marcos. A percepção ambiental de turistas, veranistas e moradores de Peruíbe/SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. Vol. 20, n. 1, julho de 2017. pp. 122-141. Disponível em: <<https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/380>>. Acesso em: 25 fev 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Babaçulândia. **População**. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/panorama>. Acesso em: 08 nov. 2023.

IBGE. Brasil/Tocantins/Barra do Ouro. **Cidades**. 2021b. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/barra-do-ouro/panorama>>. Acesso em: 1 de mar 2023.

IBGE. Brasil/Tocantins/Darcinópolis. **Cidades**. 2021c. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/darcinopolis/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2023.

IBGE. Brasil/Tocantins/Filadélfia. **Cidades**. 2021d. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2023.

IBGE. Brasil/Tocantins/Palmeirante. **Cidades**. 2021e. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeirante/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2023.

IBGE. Brasil/Tocantins/Palmeiras do Tocantins. **Cidades**. 2021f. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeiras-do-tocantins/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2023.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. No banheiro do lago: uma história sobre barqueiros e usinas hidrelétricas no Tocantins. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Jul/dez de 2018. vol. 15, ano XV, nº2. ISSN 1808-6971. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/432>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FILADÉLFIA. Decreto 014/2022, de 05 de maio de 2022. Dispõe sobre a nomeação do presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia, Tocantins (ABBPF), e dá outras providências. Disponível em: <https://leis.filadelfia.to.gov.br/norma/223>. Acesso em: 25 maio de 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROSOCHÉ, Luiz Fernando; VALLERIUS, Daniel Mallmann. Os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará – Brasil). **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**. Vol. 5, n. 3, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/2905>. Acesso em: 22 jan 2021. pp. 414-430

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do consumidor**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. 2015. Disponível em:< <http://www.fe.i.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Súsie Fernandes Santos. **A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. 2017. 196f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-



XV
ENAN
PECE
ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2017. Disponível em:< <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/952>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TOCANTINS (estado). **Portaria nº 047/2014**. Declara de notório conhecimento e de caráter regional o evento Temporada de Praia, no segmento Turismo de Sol e Praia, nos municípios que especifica, e adota outras providências. Diário Oficial nº 4.099, de 02 de abril de 2014a. Disponível em:< <https://doe.to.gov.br/diario/2503/download>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **No banheiro do lago: a (in) sustentabilidade do turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia-TO**.2018. 167f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2018. Disponível em:< <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/993?mode=full>>. Acesso em 15 abr. 2021